

Orientações para a aplicação do protocolo de CLPI

FAS SGAS Anexo O



CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 Propósito	6
1.2 Objetivo	6
2. NORMAS APLICÁVEIS.....	6
3. TERMINOLOGIA	7
4. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
4.1 Identificando Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	8
4.2 Estabelecimento o relacionamento com PIQCTAF	9
5. CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO	10
5.1 O que significa CLPI na prática?	10
5.2 O que são negociações de boa fé?	11
5.3 Quando o CLPI é acionado?	11
5.4 Iniciando o processo de CLPI	12
6. PROCESSO DE CLPI	13
6.1 Passos principais.....	13
6.1.1 Acordo mútuo sobre a discussão e a estrutura de tomada de decisão.....	14
6.1.2 Processo de discussão e tomada de decisão.....	15
6.1.3 Relatório de Documentação do Processo de CLPI e Acordo Final.....	16
6.2 Considerações de gênero.....	17
6.3 Considerações pós-CLPI.....	17
7. OUTROS RECURSOS	18

APÊNDICE A - TdR PARA AGÊNCIA DE FACILITAÇÃO DE CLPI (MODELO)

APÊNDICE B - LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA DETERMINAR OS REQUISITOS DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO INFORMADAS OU CLPI PARA OS PIQCTAF AFETADOS

APÊNDICE C - MODELO ANOTADO PARA CLPI

ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

Nome	Descrição
A&S	Ambiental e Social
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
NBF	Negociação de boa fé
PIQCTAF	Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PPIQCTAF	Plano dos Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
TdR	Termos de Referência
DVT	Doação Voluntária de Terras
BM_NAS	Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial



HISTÓRICO DO DOCUMENTO

Versão	Revisão	Preparado por	Revisado por	Aprovado por	Data	Comentários

1. INTRODUÇÃO

Os Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQCTAF) muitas vezes pertencem aos grupos economicamente vulnerabilizados e invisibilizados da sociedade. Seu status econômico, social e legal, quando desrespeitados, coloca esses grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, limitando sua capacidade de defender seus direitos e interesses sobre terras, territórios e recursos naturais e culturais, e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de projetos. Em muitos casos, não recebem acesso equitativo às informações e benefícios do projeto, ou ainda os benefícios não são concebidos ou entregues de forma culturalmente apropriada, e nem sempre são adequadamente consultados sobre o desenho ou implementação de um projeto que afetaria profundamente seu modo de vida.

Normas internacionais, como o direito internacional e as salvaguardas ambientais e sociais (A&S) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT169), estabelecem disposições que garantem a consulta adequada dos PIQCTAF que será documentada mediante a obtenção de seu consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

A história do princípio do CLPI remonta a quase um século e está relacionada ao direito de autodeterminação dos povos indígenas. A Confederação Nativa Americana Iroquois do Canadá e os Estados Unidos iniciou o processo em 1923, quando apelaram às Nações Unidas (então a Liga das Nações) para reconhecer sua soberania. Seu apelo foi rejeitado, e outros 80 anos se passariam, antes que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotasse a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em 2007. A UNDRIP reconhece o CLPI como um direito que deve ser respeitado por todos os atores que visam executar projetos que afetem os territórios, os meios de subsistência e o bem-estar dos PIQCTAF.

A exigência de CLPI não é apenas uma convenção global, vários países o tornaram parte de suas leis nacionais. Várias comunidades indígenas também estabeleceram seus protocolos de CLPI para se envolver com atores externos. Estes atores incluem governos, empresas, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs), líderes tradicionais e instituições religiosas. O protocolo de CLPI visa equalizar os diferenciais de poder ou assimetrias entre os PIQCTAF e os demais atores com os quais eles se envolvem em projetos que envolvem o acesso e controle de terras, recursos, territórios, meios de subsistência, segurança alimentar, conhecimento tradicional associado e modos de vida.

O protocolo de CLPI é, portanto, um instrumento de governança para a inclusão efetiva dos PIQCTAF na tomada de decisões sobre assuntos que os afetam, incluindo, mas não se limitando a direitos, terras, recursos, territórios, meios de subsistência, segurança alimentar, conhecimento tradicional e modos de vida.

Vale ressaltar que existem vários Protocolos de Consulta elaborados por PIQCTAFs no Brasil e que esses devem ser respeitados por qualquer instituição ou organização que venha a desenvolver projetos em seus territórios. A FAS reconhece que em alguns projetos, consoante ao nível de atuação da FAS e o momento do seu envolvimento, o protocolo de CLPI já pode estar em andamento ou já foi realizado. Nesses casos, também é importante considerar que alcançar o CLPI uma vez não significa que podendo haver necessidade de revisão e atualização. A FAS ou organizações parceiras são obrigadas a implementar um protocolo de CLPI para definir a intenção e participação e os termos e condições do envolvimento dos PIQCTAF no projeto, ou seja, se o CLPI existente não engloba claramente as atividades e objetivos do projeto, precisa ser refeito, complementado, aprofundado ou atualizado.

No âmbito do SGAS FAS, o CLPI é necessário para todas as iniciativas da FAS em que PIQCTAFs estão envolvidos e são afetados pelo projeto. A obtenção do CLPI compreende um processo (protocolo) e um resultado (consentimento) e se baseia nos requisitos de consulta e participação livre prévia e informada, ao mesmo tempo em que vai além, requerendo adicionalmente negociação de boa-fé (NBF) entre a equipe do projeto

(FAS e/ou organizações parceiras) e as comunidades de PIQCTAF afetadas, devendo ser documentada de forma que registre de maneira consistente o resultado final.

Este documento fornece orientações e listas de verificação alinhadas com os padrões aplicáveis listados no manual do FAS SGAS. Em todos os casos, a equipe do projeto e/ou a parte responsável pelo CLPI deve cumprir os requisitos locais/nacionais. Logo, esta orientação (incluindo as outras publicações recomendadas neste documento) deve ser utilizada como referência para alinhar o protocolo de CLPI proposto para o projeto com os padrões aplicáveis.

Se o projeto (ou a organização parceira), ou a própria comunidade ou território¹possuir protocolos com seus planos de consulta definidos, protocolos documentos orientativos ou modelos para obtenção CLPI desenvolvidos e/ou implementados, a equipe do SGAS FAS deve realizar o exercício de análise de lacunas entre o modelo e/ou documento existente e esta orientação. As lacunas identificadas devem ser endereçadas seguindo a regra – aplica-se mais rigoroso.

O requisito para desenvolver o protocolo de CLPI pode ser declarado no plano de ação ambiental e social (PAAS) que faz parte do instrumento de parceria entre a equipe do projeto e a FAS. Alternativamente, esse requisito poderá ser acionado em decorrência das atividades durante o ciclo de vida do projeto. A árvore de decisão (mostrada na Figura 1-1) visa orientar a equipe do projeto durante o processo de decisão sobre a aplicação do protocolo de CLPI.

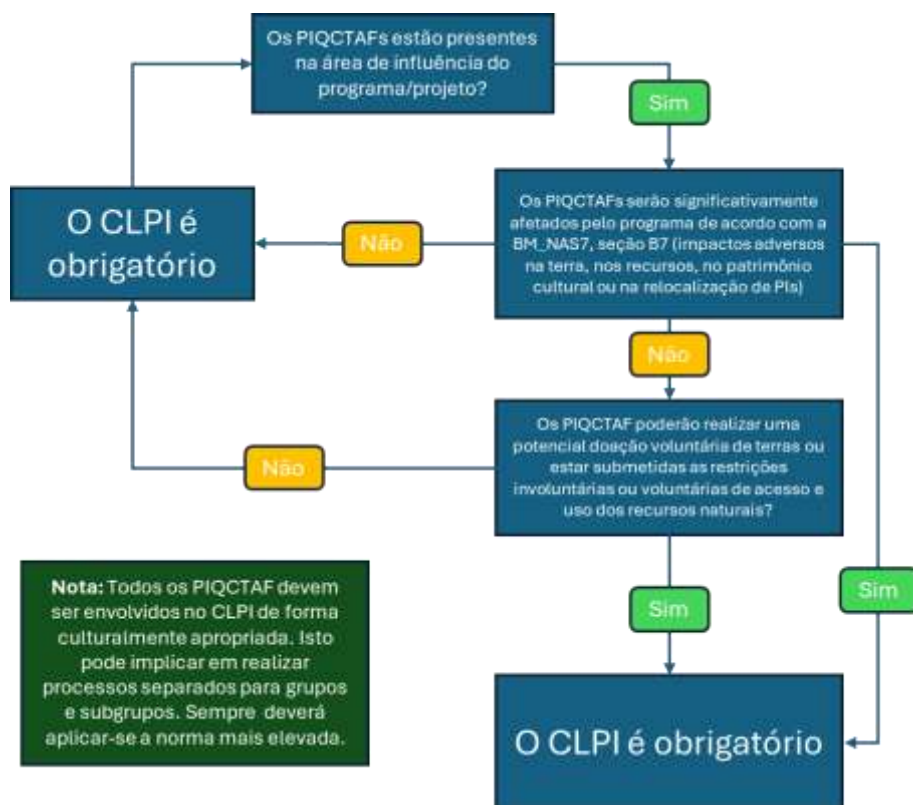


Figura 1-1 Requisitos de CLPI da árvore de decisão

No entanto, a FAS incentiva a equipe do projeto a buscar o desenvolvimento e implementação do protocolo de CLPI de forma voluntária, mesmo que o CLPI não seja necessário. Em caso de dúvida o CLPI deve ser implementado.

¹ <https://observatorio.direitosocioambiental.org/category/outros-povos-e-comunidades-tradicionais/>

3. TERMINOLOGIA

O quadro 1 abaixo detalha os principais termos usados nesta nota de orientação do protocolo CLPI.

Quadro 1	Terminologia
Termo	Definição
Comunidade	Geralmente definido como um grupo de indivíduos mais amplos do que a família, que se identificam como uma unidade comum devido a laços sociais, religiosos, econômicos ou governamentais tradicionais reconhecidos, ou por meio de uma localidade compartilhada.
Compensação	Pagamento em dinheiro ou em espécie por um ativo a ser adquirido ou afetado por um projeto pelo valor de reposição.
Patrimônio Cultural Crítico	Inclui áreas naturais com valor cultural e/ou espiritual, como bosques sagrados, corpos d'água e cursos d'água sagrados, árvores sagradas e rochas sagradas.
Terra consuetudinária e uso de recursos	O uso consuetudinário da terra e dos recursos refere-se aos padrões de uso de terras e recursos comunitários de longa data de acordo com as leis, valores, costumes e tradições consuetudinárias dos PIQCTAF, incluindo o uso sazonal ou cíclico, independente de título legal formal da terra e dos recursos emitido pelo Estado.
Direito consuetudinário	Lei constituída por costumes que são aceitos como requisitos legais ou regras de conduta obrigatórias; práticas e crenças que são uma parte tão vital e intrínseca de um sistema social e econômico que são tratadas como se fossem leis.
Deslocados	Todas as pessoas econômica ou fisicamente deslocadas por restrições temporárias ou permanentes de acesso à terra ou aquisição de terras de um projeto.
Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)	O consentimento livre, prévio e informado (CLPI) é um direito humano coletivo dos PIQCTAF ⁴ dar ou negar seu consentimento antes do início de qualquer atividade que possa afetar seus direitos, terras, recursos, territórios, meios de subsistência e segurança alimentar. Este direito é exercido por meio de representantes de sua própria escolha e de maneira consistente com seus próprios costumes, valores e normas. O CLPI existe para promover, proteger e salvaguardar o pleno gozo e exercício de vários direitos humanos fundamentais subjacentes, incluindo os direitos à propriedade, cultura, modos de vida e autodeterminação.
Negociação de boa-fé (NBF)	<p>A negociação de boa-fé (NBF) envolve, por parte de todas as partes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vontade de se envolver em um processo; ▪ Reúna-se em horários e frequência razoáveis; ▪ Fornecimento de informações necessárias para uma negociação informada; ▪ Exploração de questões-chave importantes; ▪ Utilização de protocolos de negociação mutuamente aceitáveis; ▪ Disposição para mudar a posição inicial e modificar as ofertas sempre que possível; e

⁴ A FAS segue a definição padrão WB de PI (Povos indígenas), mas expande as proteções para outros povos e comunidades tradicionais QCTAF e requer a aplicação do CLPI conforme definido por BM_NAS7. Como melhor prática e também para evitar possíveis conflitos em comunidades onde indígenas e não indígenas vivem em ambientes mistos, os programas podem e são incentivados a adotar a CLPI para essas comunidades mistas, bem como para outras comunidades locais e grupos vulneráveis afetados pelo projeto.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização de tempo suficiente para a tomada de decisões.
Organização parceira	Uma ONG e/ou parte que está em acordo contratual com a FAS e recebendo recursos por meio do instrumento de parceria.
PIQCTAF	Os Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares (PIQCTAF) são grupos sociais e culturais distintos que compartilham laços ancestrais coletivos com as terras e recursos naturais onde vivem, ocupam ou dos quais foram deslocados.
CLPI	Um diálogo genuíno entre as partes, envolvendo comunicação e divulgação de informações, respeito mútuo e negociações de boa-fé.
Projeto/Atividade do projeto	Todas as atividades ⁵ relacionadas ao cenário legado e/ou partes interessadas que são planejadas, implementadas e/ou supervisionadas pela equipe do projeto e/ou seu contratado.
Equipe do projeto	Todos os funcionários relacionados ao projeto de paisagismo legado e/ou desenvolvimento e implementação de atividades do projeto (por exemplo, beneficiário, contratados, gerenciamento de parques, etc.).
Partes interessadas (PAPs)	Todo e qualquer indivíduo, grupo, organização e instituição interessado e potencialmente afetado por um projeto ou que tenha a capacidade de influenciá-lo.
Pessoas e grupos vulnerabilizados	<p>Pessoas desfavorecidas que precisam de apoio ou proteção especial devido à idade, etnia, raça, religião, sexo, gênero, situação familiar, estado civil, deficiência, status de migrante, orientação sexual, identidade de gênero, nível de educação e/ou status indígena.</p> <p>Observe que, apesar desta orientação se referir a "grupos vulnerabilizados", ela reconhece que as pessoas não são vulnerabilizados como tal, mas que estão em uma posição vulnerável. A vulnerabilidade que eles estão experimentando é situacional e não os define. Portanto, os grupos vulnerabilizados não são vulnerabilizados em virtude de sua identidade, mas por sua situação.</p>

4. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4.1 Identificando Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

O termo PIQCTAF é usado em um sentido genérico para se referir a um grupo social e cultural distinto que possui as seguintes características em graus variados:

- Autoidentificação como membros de um grupo cultural distinta da cultura dominante e reconhecimento dessa identidade por outros⁶;

⁵ O CLPI deve cobrir não apenas as atividades financiadas pela FAS para o projeto, mas todas as atividades no cenário legado específico do projeto e arredores. Para gatilhos do CLPI também compare 5.3.

⁶ Existem vários casos conhecidos em que os governos não reconhecem grupos como povos indígenas distintos. O BM_NAS7 usa o termo "Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carentes da África Subsaariana", reconhecendo que os grupos podem ser referidos em diferentes países por termos diferentes. Tais termos incluem "comunidades locais tradicionais historicamente carentes da África Subsaariana", "minorias étnicas indígenas", "aborígenes", "tribos das montanhas", "grupos vulneráveis e marginalizados", "nacionalidades minoritárias", "tribos programadas", "primeiras nações" ou "grupos tribais". A FAS adapta esta definição ao seu contexto de atuação e adota o termo PIQCTAF – Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

- Apego coletivo a habitats geograficamente distintos, territórios ancestrais ou áreas de uso ou ocupação sazonal, bem como aos recursos naturais existentes nessa área;
- Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas consuetudinárias que são distintas ou separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; e
- Uma língua ou dialeto distinto, muitas vezes diferente da língua ou línguas oficiais do país ou região em que residem.

A BM_NAS7 se aplica a comunidades ou grupos de PIQCTAF *“que, durante a vida de membros da comunidade ou grupo, perderam o apego coletivo a habitats distintos ou territórios ancestrais na área do projeto devido a separação forçada, conflito, projetos de reassentamento do governo, desapropriação de suas terras, desastres naturais, ou incorporação de tais territórios em uma área urbana”*.

Com base no exposto, a equipe responsável pelo projeto que provavelmente terá impacto sobre os PIQCTAF, deve considerar a contratação de profissionais especializados para gerir este relacionamento. Os profissionais então têm que verificar se um determinado grupo é considerado PIQCTAF para os fins da BM_NAS7 e como este será envolvido por meio de um plano de engajamento das partes interessadas (PEPI) e por meio de um plano específico (PPIQCTAF). Para obter mais orientações sobre o PEPI e o PPIQCTAF, consulte a documentação do FAS SGAS, **Anexo P – ESTRUTURA DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)** e **Anexo N – PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**. Além disso, um modelo de exemplo para identificação inicial de PIQCTAF está incluído no Apêndice B.

4.2 Estabelecimento de relacionamento com PIQCTAF

O envolvimento e a consulta com os PIQCTAF e outras pessoas vulnerabilizados, conforme explicado acima devem ser realizados para abordar o seguinte:

- Assegurar que o processo de desenvolvimento de projetos e/ou atividades promova o pleno respeito aos direitos humanos, à dignidade, às aspirações, à cultura e aos meios de subsistência baseados em recursos naturais dos PIQCTAF.
- Antecipar e evitar impactos adversos de projetos e/ou atividades sobre os PIQCTAF ou quando não for possível evitá-los, minimizar e/ou compensar tais impactos.
- Garantir e fortalecer as estratégias tradicionais de gestão da terra dos PIQCTAF.
- Promover a conservação e as oportunidades de desenvolvimento sustentável para os PIQCTAF de maneira culturalmente apropriada.
- Estabelecer e manter um relacionamento contínuo baseado no ICP com os PIQCTAF ao longo do ciclo de vida do projeto.
- Garantir o CLPI dos PIQCTAF identificados.
- Respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas dos PIQCTAF, especialmente o patrimônio cultural.

Além disso, todas as informações relevantes devem ser comunicadas e o engajamento conduzido de maneira culturalmente apropriada. Isso inclui o uso de idiomas locais relevantes, bem como considerar o analfabetismo e garantir que as informações relevantes sejam comunicadas de forma eficaz às pessoas analfabetas.

O engajamento deve ser sensível ao gênero e levar em conta as diferenças entre os PIQCTAF, considerando também (mas não se limitando a) questões de gênero, idade, deficiência, etc. Para obter mais orientações sobre como conduzir o envolvimento das partes interessadas sensível ao gênero e socialmente inclusivo, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE**.

Quaisquer novas atividades no âmbito do projeto não podem prosseguir a menos que os PIQCTAF tenham sido envolvidas em um processo de CLPI por meio de um processo de diálogo e acordo mútuo (ou haja um compromisso claro e um caminho definido, por exemplo, a implantação de um PPIQCTAF, PEPI e CLPI como parte do PAAS como necessários para a preparação para um protocolo de CLPI) acordado entre as comunidades/indivíduos afetados e a equipe do projeto.

Quando atividades tiverem sido realizadas sem um processo de CLPI, o projeto deve garantir que o diálogo seja estabelecido e/ou retomado com o objetivo de buscar o consentimento informado para as atividades já em andamento. A equipe do projeto deve priorizar e agilizar o protocolo de CLPI para resolver problemas prontamente.

5. CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Não existe uma definição universalmente aceita de CLPI. Para os fins deste documento e de acordo com as normas aplicáveis, o CLPI é estabelecido da seguinte forma:

- O escopo do CLPI se aplica ao desenho do projeto, arranjos de implementação e resultados esperados relacionados a riscos e impactos sobre os PIQCTAF;
- O CLPI se baseia e expande o processo de consulta significativa⁸, e será estabelecido por meio de negociação de boa-fé entre a equipe do projeto e os PIQCTAF afetados;
- A equipe do projeto documentará:
 - o protocolo ou plano de consulta mutuamente acordado para realizar negociações de boa-fé, definido entre a equipe do projeto e os PIQCTAF;
 - o resultado das negociações de boa-fé entre a equipe do projeto e os PIQCTAF, incluindo todos os acordos alcançados, bem como pontos de vista divergentes; e
- O CLPI não requer unanimidade e pode ser alcançado mesmo quando indivíduos ou grupos dentro ou entre os PIQCTAF afetados e outras comunidades locais vulnerabilizadas discordam explicitamente.

5.1 O que significa CLPI na prática?

Para que o CLPI seja totalmente legítimo, ele deve demonstrar que é:

- **Consentimento** – a decisão coletiva tomada pelos detentores dos direitos e alcançada por meio do processo habitual de tomada de decisão dos PIQCTAF ou das comunidades afetadas. Uma decisão livremente tomada que pode ser um "Sim", um "Não" ou um "Sim com condições", incluindo a opção de reconsiderar se as atividades propostas mudarem ou se surgirem novas informações relevantes para as atividades propostas ⁷.
- **Livre** – a comunidade afetada dá suas opiniões de boa vontade, sem pressão e persuasão, enganada ou forçada a dizer ou concordar com qualquer decisão que não seja de seu interesse.
- **Prévio** – a equipe do projeto se comunicará com as comunidades afetadas, informando e pactuando antecipadamente o período de ocorrência da consulta. Todas as decisões a respeito do projeto deverão ser tomadas durante a consulta, antes de iniciar qualquer atividade do projeto.
- **Informado** – o projeto comunicará toda a verdade sobre o respectivo projeto, incluindo as coisas boas e as coisas ruins que podem acontecer e todas as alternativas para atingir os objetivos do projeto e evitar ou reduzir danos.

⁷ De acordo com a BM_NAS7 do Banco Mundial, o parágrafo 25 (d) do CLPI não requer unanimidade e pode ser alcançado mesmo quando indivíduos ou grupos dentro ou entre os PIQCTAF afetados discordam explicitamente.

Deve-se notar que o consentimento precisa ser garantido durante todo o ciclo de vida do projeto. A mudança das circunstâncias do projeto pode levar a uma mudança na opinião das comunidades afetadas. Assim é recomendável incluir no CLPI condições que possam acionar uma revisão do CLPI. No entanto, essas condições não podem ser impeditivas de uma revisão, caso assim seja demandado pelos PIQCTAF afetados. Como o CLPI só pode ser fornecido em um único momento, a equipe do projeto deve procurar manter o consentimento das comunidades afetadas durante todo o ciclo de vida dos projetos.

Projetos com ciclos de vida longos podem, portanto, optar por desenvolver um acordo que envolva compromissos periódicos, cobrindo períodos definidos. Para esses projetos, os PPIQCTAFs podem ser úteis, pois fornecem um esboço de medidas para mitigar os impactos adversos sobre os PIQCTAF e para fornecer oportunidades e benefícios a eles, vinculados a um cronograma de implementação e plano orçamentário claros. Nesse sentido, a CLPI será obtida a cada fase do projeto, quando as informações sobre as atividades ficarem mais claras.

5.2 O que são negociações de boa fé?

Negociação de boa-fé (NBF), significa que a equipe do projeto deve se envolver com os PIQCTAF de uma forma que concorde totalmente desde o início das discussões. A equipe do projeto deve mostrar que responderão a quaisquer perguntas de forma ágil e regular. Deve-se usar uma linguagem acessível e idioma de fácil compreensão e culturalmente adequada aos PIQCTAF. Todas as informações relevantes precisam ser apresentadas para que os PIQCTAF e as outras pessoas vulnerabilizadas possam tomar uma decisão informada. A equipe do projeto deve discutir quaisquer preocupações sérias que as partes envolvidas possam ter e estar dispostas a alterar o desenho do projeto para eliminar/evitar problemas incluindo cancelar ou interromper atividades do projeto, caso necessário.

A negociação de boa-fé envolve, por parte de todas as partes:

- Disposição para se envolver em um processo e disponibilidade para se reunir em horários e frequência razoáveis, respeitando os acordos e costumes locais dos PQCTAF;
- Compartilhamento de informações necessárias para negociação informada;
- Utilização de protocolos de negociação mutuamente aceitáveis;
- Disposição para alterar as posições iniciais e modificar as ofertas sempre que possível; e
- Disponibilidade de tempo suficiente para o processo de acordo.

5.3 Quando o CLPI é acionado?

É importante observar que o CLPI é acionado em circunstâncias específicas. A orientação abaixo fornecida pela BM_NAS7 descreve esses casos em que o projeto acionará o CLPI:

- Ter impactos adversos sobre a terra e os recursos naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária;
- Causar a realocação⁸ de PIQCTAF de terras e ou limitação do acesso à recursos naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária; ou
- Ter impactos significativos nos PIQCTAF

⁸ Nota: Os recursos da FAS (próprios ou de terceiros por ela geridos) não financiam a realocação de PIQCTAF. Consulte os Documentos SGAS FAS, [Anexo A – DECLARAÇÃO DE POLÍTICA A&S E DH](#) e [Anexo B - LISTA DE EXCLUSÃO FAS](#)

- Impactar o patrimônio cultural dos PIQCTAF que é material para a identidade e/ou aspectos imateriais culturais, cerimoniais ou espirituais de suas vidas.

Conforme mencionado acima na identificação dos PIQCTAF, recomenda-se que, no caso de o CLPI ser acionado, a equipe do projeto contrate consultores especializados para auxiliar na operacionalização do PEPI, e do PPIQCTAF (consulte a documentação do FAS SGAS, **Anexo P – ESTRUTURA DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)** e **Anexo N – PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**).

Quando CLPI é acionado por ocasião de aquisição de terras e criação de unidades de conservação é necessário considerar este protocolo em conjunto com o **Anexo L – PROTOCOLO PARA ESTABELECIMENTO DE RESTRIÇÕES INVOLUNTÁRIAS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS**.

5.4 Iniciando o processo de CLPI

Antes que o processo de CLPI possa ser iniciado, o projeto deve identificar os principais atores relevantes e engajá-los, a fim de prepará-los para o protocolo de CLPI. Os principais atores que devem ser considerados e abordados incluem o seguinte:

- Todos os grupos de PIQCTAF afetados pelas atividades do projeto cujo CLPI é necessário (isso pode incluir vários grupos);
- Todas as instituições/autoridades de tomada de decisão relevantes. As comunidades devem ser representadas por instituições de sua própria escolha por meio de processos verificáveis, que podem diferir das instituições formadas com base em estruturas governamentais;
- Organizações de apoio (por exemplo, agências governamentais relevantes, organizações representativas regionais ou nacionais de povos indígenas e / ou especialistas ou grupos de defesa dos direitos consuetudinários / comunitários);
- Apenas para projetos que exigem aquisição de terras ou restrições ao acesso e uso da terra: Todos os proprietários de terras e direitos consuetudinários identificados, por exemplo, por meio de mapeamento comunitário participativo;
- Dependendo da complexidade do contexto do projeto: a consulta deve ser conduzida por facilitadores especializados.

Uma vez que todos os atores relevantes sejam identificados e informados sobre o protocolo do CLPI e as negociações planejadas, o processo pode ser oficialmente iniciado.

Envolvimento do governo

Haverá casos em que os governos (por exemplo, agências governamentais parceiras) são obrigados pela legislação nacional ou disposições internacionais a obter o CLPI. Isso não isenta as demais organizações de sua obrigação de se submeter a um processo de CLPI para quaisquer atividades do projeto que o exijam. A equipe do projeto é incentivada a colaborar com o protocolo de CLPI do governo para otimizar recursos e evitar a fadiga das partes interessadas.

Se o governo for cooperativo em relação ao CLPI, a equipe do projeto é incentivada a participar de todo o processo e alavancar as ações do governo, de modo que estejam alinhadas com as disposições do CLPI estabelecidas nas normas aplicáveis. Quando os processos governamentais envolvem decisões e ações com desdobramentos no projeto, a equipe do projeto deve revisar o CLPI, abordar e identificar lacunas quando possível.

6. PROTOCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA

O protocolo do CPLI envolve uma sequência de processos com vistas a obtenção (ou não) do consentimento e definição dos termos que condicionam o consentimento. Assim é importante diferenciar:

Protocolo do CLPI: conjunto de processos, ações, atividades, documentos que permitirão a construção conjunta de um consentimento livre prévio e informado. Deverá ser definido em conjunto com as partes e documentado.

Processos do CLPI: são os processos de identificação das partes, de envolvimento das partes de apresentação e divulgação das informações relevantes, de discussão, negociação, mecanismos de resolução de conflitos, documentação entre outros.

Acordo mútuo sobre a estrutura e protocolos para a tomada de decisão para o CLPI: Regras que serão adotadas para tomada de decisão em relação do CLPI.

Código de conduta: regras de convivência durante as atividades e ações do protocolo de CLPI

CLPI (ou acordo mútuo): Consentimento e definição dos termos que condicionam o consentimento formalizado em um documento.

PPIQCTAF: Plano(s) dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Em geral, alguns documentos são produzidos como parte do protocolo de CLPI, que incluem, mas não estão limitados a:

- Documento do protocolo, contendo os princípios de engajamento, desenho do projeto, processo de implementação no que se refere aos PIQCTAF e princípios básicos para a obtenção do CLPI;
- PPIQCTAF ou plano de ações semelhante (consulte a documentação do FAS SGAS, **Anexo N – PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**);
- Documentação do CLPI refletindo o acordo mútuo (que pode ser condicional) para as atividades propostas, assinadas pelas organizações responsáveis pelo projeto e os PIQCTAF. Este acordo pode referir-se ou endossar o PPIQCTAF proposto, mas também pode estabelecer que o PPIQCTAF será desenvolvido após a obtenção do CLPI.

6.1 Processos do CLPI

Deve-se notar que não existe uma abordagem única para obter o CLPI e que o protocolo dependerá do contexto específico do projeto, número de grupos PIQCTAF envolvidos, contexto do território, escopo do projeto e ciclo de vida do projeto, etc.

O protocolo do CLPI geralmente pode ser dividido em três etapas principais, conforme mostrado na Figura 6-1 abaixo. As subseções a seguir fornecerão orientação sobre cada estágio do processo.



Figura 6-1 Processo de CLPI

6.1.1 Acordo mútuo sobre a discussão e a estrutura de tomada de decisão

O protocolo do CLPI deve ser iniciado com o estabelecimento de um entendimento mútuo entre o projeto e os PIQCTAF afetados sobre as etapas e os processos que integrarão o protocolo do CLPI que sejam apropriados à situação do projeto e contexto local.

A definição compartilhada sobre a estrutura e protocolos de tomada para a decisão é um processo de CLPI em si, como tal, é parte da obtenção de um CLPI que atenda os padrões aplicáveis. Para alguns projetos, com um histórico complexo específico ou vários grupos de PIQCTAF envolvidos, recomenda-se contratar um facilitador independente que deve ter experiência relevante na orientação do protocolo.

Este facilitador desempenhará um papel fundamental na comunicação com grupos e representantes de PIQCTAF relevantes e informá-los sobre o propósito e protocolo do CLPI. Dependendo do escopo do projeto e do número de grupos de PIQCTAF envolvidos, pode-se formar um comitê de representantes que negociará o protocolo para o CLPI, incluindo a estrutura e protocolos de tomada para a decisão. No entanto, se possível, o processo de estabelecimento do protocolo de CLPI deve priorizar o engajamento individual e respeitar os protocolos locais existentes de tomada de decisão quando disponíveis (por exemplo, reuniões ou assembleias comunitárias).

No protocolo de CLPI, deve ser definido como as diferenças serão comunicadas e resolvidas durante as negociações do CLPI. A definição de mecanismos adequados de resolução de conflitos antes de iniciar as discussões ajuda a garantir que as diferenças não se transformem em conflitos mais amplos e que frustrem acordos. Se possível, os mecanismos de resolução de conflitos devem basear-se nos protocolos habituais já existentes utilizados pelo PIQCTAF.

Por fim, a equipe do projeto e/ou facilitador independente acordará com os grupos de PIQCTAF afetados sobre o protocolo geral para a obtenção (ou não) do CLPI. A equipe do projeto e/ou facilitador proporá uma proposta inicial de processo de discussão e protocolo para tomada de decisão, que incluirá um código de conduta para ambas as partes e os processos e etapas a serem seguidos no protocolo. O código de conduta será baseado nos seguintes princípios de negociação de boa-fé, que incluem as seguintes disposições:

- Todas as partes estarão disponíveis para se reunir em horário e frequência razoáveis;
- Todas as partes devem compartilhar as informações necessárias para uma negociação informada;
- Todas as partes estarão dispostas a mudar a posição inicial e modificar as ofertas sempre que possível;
- Todas as partes darão um ao outro um tempo razoável para a tomada de decisões;
- Todas as partes apresentarão sua opinião pacificamente e não recorrerão à violência e à ameaça; e

- Todas as partes não se envolverão em discussões quando estiverem sob a influência de quaisquer alucinógenos.

Todas as partes discutirão e concordarão com o quórum necessário para os eventos e para tomada de decisão reuniões e como os protocolos, reuniões e decisões serão documentados. A estrutura de discussão e tomada de decisão acordada terá um prazo/cronograma para a conclusão de cada etapa do protocolo de CLPI. Ambas as partes se esforçarão ao máximo para concluir o protocolo dentro desse prazo.

A equipe do projeto e/ou facilitador redigirá uma versão da estrutura de discussão e tomada de decisão acordada, incluindo as disposições acima mencionadas no idioma local relevante, que deve ser assinada por representantes confiáveis e legítimos definidos do(s) grupo(s) de PIQCTAF.

Um cartaz sobre o código de conduta aceito deve ser preparado e exibido no local da reunião e em futuras reuniões de negociação. O cartaz deve ter como objetivo informar as partes interessadas e, portanto, conter poucas ilustrações que permitam o entendimento de seu conteúdo. A equipe do projeto e/ou facilitador solicitará a todos os participantes da reunião que sigam as regras mutuamente acordadas durante todo o protocolo de CLPI.

6.1.2 Processo de discussão e tomada de decisão

O próximo passo na obtenção do CLPI é o processo de discussão e tomada de decisão. As negociações consistem em um diálogo bidirecional entre os PIQCTAF e a equipe do projeto, em relação a preocupações, interesses e propostas derivadas destes. Durante o protocolo de CLPI devem ser negociados potenciais compensações que o projeto deve oferecer aos PIQCTAF por quaisquer impactos adversos seguindo os princípios norteadores do UNGP⁹.

Outras partes interessadas como observadores (por exemplo, autoridades/instituições indígenas e ambientais e o ministério público), moderadores independentes ou facilitadores terceirizados podem estar envolvidos no processo, conforme necessário e acordado previamente com os PIQCTAF.

Os seguintes aspectos devem ser considerados ao entrar no processo de discussão e tomada de decisão:

- As discussões devem ser realizadas em um local e horário mais convenientes para os PIQCTAF;
- O direito de veto deve ser informado aos PIQCTAF, deixando claro que eles não são obrigados a tomar decisões ou assumir compromissos sobre os quais não tiverem clareza ou certeza;
- Todos os protocolos e resultados da CLPI e das discussões devem ser documentados e disponibilizados a todas as partes, utilizando formatos culturalmente adequados;
- Os acordos alcançados devem ser mútuos e reconhecidos por todas as partes. Isso deve levar em consideração os modos habituais de tomada de decisão e busca de consenso. O projeto deve respeitar os protocolos habituais de tomada de decisão (por exemplo, levantar as mãos, realizar uma cerimônia ritual que torne o acordo vinculativo, etc.).

Observe que o processo de discussão e tomada de decisão provavelmente envolverá várias reuniões entre a equipe do projeto e grupos ou órgãos representativos de PIQCTAF relevantes, bem como entre os representantes de PIQCTAF e seus grupos. Portanto, é essencial planejar tempo suficiente para a obtenção do

⁹ Proporcionais à gravidade e ao envolvimento/contribuição do projeto, bem como influência sobre a entidade causadora de impactos adversos, de acordo com a estrutura de envolvimento dos UNGPs.

CLPI, a fim de garantir que o projeto tenha tempo suficiente para identificar, mobilizar e consultar os PIQCTAF e outras partes interessadas.

Além disso, os resultados e os pontos em aberto de cada reunião devem ser cuidadosamente documentados para manter a consistência e servirem para revisões futuras. Se possível e acordado com todos os grupos, deve haver registros audiovisuais dos processos que integram o protocolo do CLPI, além da documentação escrita, para que os grupos iletrados também possam acessar os registros do protocolo de CLPI.

6.1.3 Relatório de Documentação do Processo de CLPI e Acordo Final

Quando um acordo mútuo é alcançado e o CLPI é obtido um documento final deve relatar o resultado do CLPI. As documentações do estágio anterior ajudarão a subsidiar este documento final. O Apêndice C contém um modelo para documentação do CLPI. A fim de melhorar a transparência e a responsabilização, um terceiro independente deve estar envolvido na reunião final em que o protocolo final do CLPI será assinado. O papel do terceiro deve ser testemunha e atestar que o consentimento de PIQCTAF é livre, prévio e baseado em informações completas, evitando a manipulação do CLPI. Portanto, o terceiro¹⁰ deve ser um especialista em PIQCTAF e deve ter conhecimento do contexto local.

Apesar do acordo final, um relatório de documentação do protocolo resumindo cada processo deve ser preparado. Este pode ser um relatório independente ou ser incorporado ao protocolo final do CLPI. O relatório de documentação do protocolo cobrirá todas os processos aplicados para a obtenção do CLPI, documentando o seguinte:

- Processo de identificação dos PIQCTAF, representantes dos PIQCTAF, demais partes interessadas e mediadores, observadores e especialistas envolvidos (caso aplicável);
- Processo de capacitação de representantes de PIQCTAF para realizar negociações de boa-fé;
- Estrutura de engajamento e negociação acordada (incluindo o processo realizado para chegar a um acordo sobre a estrutura);
- Resumo das consultas/reuniões/engajamento realizados como parte do processo de CLPI; e
- Aprovação e opinião de um terceiro independente sobre o protocolo adotado e os resultados alcançados.

Como já mencionado, o CLPI precisa ser mantido atualizado ao longo do ciclo de vida dos projetos. Projetos com longos períodos podem, portanto, obter um CLPI¹¹ (ou seja, acordo) que envolve compromissos, sendo entregues em várias fases do projeto. Isso pode ser mais bem alcançado por meio de planos como PPIQCTAFs para cada fase. Para projetos com um escopo mais amplo e/ou prazo maior, recomenda-se, portanto, incorporar o PPIQCTAF ao protocolo de CLPI.

¹⁰ O terceiro deve ser alguém em quem os PIQCTAF tenham confiança (por exemplo, um acadêmico, um representante do ministério público, um advogado de direitos humanos).

¹¹ O Apêndice C contém um modelo para o desenvolvimento de um Protocolo CLPI que pode ser adaptado pelo beneficiário e/ou consultor.

6.2 Considerações de gênero

Os esforços de engajamento relacionados ao projeto, incluindo o CLPI, podem não permitir a participação significativa e sustentada das mulheres durante todo o protocolo. Portanto, é fundamental integrar as considerações de gênero em todos os componentes do planejamento do CLPI.

De acordo com a BM_NAS7, a "integração da perspectiva de gênero" é *"o processo de avaliação das implicações para as mulheres e os homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou projetos, em todas as áreas e a todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e experiências das mulheres e dos homens uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e projetos em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada."*

Todos os processos que integram o protocolo do CLPI devem ser sensíveis a essas questões e, portanto, procurar envolver considerações de gênero de forma substantiva e equitativa no, de modo que as necessidades e perspectivas únicas das mulheres sejam representadas de forma equitativa no protocolo final de CLPI e em outros documentos, como os PPIQCTAF. As ações iniciais a esse respeito devem incluir, mas não estão limitadas a:

- Garantir que as reuniões do CLPI e da comunidade sejam realizadas em horários e locais convenientes para as mulheres participarem, por exemplo, realizando discussões em grupos focais com mulheres e jovens, permitindo um espaço seguro para comentários;
- Prestar atenção explícita às restrições únicas que as famílias chefiadas por mulheres podem enfrentar ao participar de consultas e acomodar essas mulheres de acordo;
- Envolver um facilitador(a) sensível às questões de gênero¹² na respectiva comunidade de PIQCTAF;
- Garantir que haja representantes femininas dos PIQCTAF presente nas reuniões de negociação do CLPI;
- Realizar grupos focais e reuniões exclusivas para mulheres em local apropriado, para incentivar a liberdade de expressão e a representação aberta das preocupações e expectativas das mulheres¹³; e
- Fornecer mecanismos de consulta anônimos / confidenciais / individuais e / ou mecanismos para envio de comentários por escrito para mulheres que não se sentem à vontade para expressar suas opiniões publicamente (ou seja, na frente de maridos ou outros parentes, ou em reuniões comunitárias).

Ao facilitar a participação igualitária e aberta das mulheres nas negociações do CLPI, o projeto pode garantir que as mulheres possam se beneficiar plenamente dos acordos finais alcançados.

6.3 Considerações pós-CLPI

Se houver mudanças significativas no desenho do projeto, na estratégia de implementação e/ou nos resultados esperados que resultem em riscos e impactos adicionais, o projeto precisa buscar um novo CLPI. Isso inclui a repetição de todas os processos essenciais do protocolo do CLPI descrito acima. Além disso, devem existir disposições de acompanhamento e avaliação para rastrear a eficácia das medidas acordadas. Estes devem ser aprofundados num documento separado, como os PPIQCTAF.

¹² Observe que, em alguns casos, dependendo do contexto da comunidade, pode ser necessário que esse facilitador seja uma mulher.

¹³ Para obter mais orientações sobre técnicas de engajamento sensíveis ao gênero, consulte o **Anexo V – POLÍTICA DE EQUIDADE E DIVERSIDADE**.

7. OUTROS RECURSOS

Para mais orientações sobre o CLPI, consultar:

- Nota de Orientação sobre o Padrão de Desempenho 7: Povos Indígenas (IFC, 2012);¹⁴
- Nota de Orientação dos Princípios do Equador: Avaliação de Projetos com Povos Indígenas Afetados (EP, 2020);¹⁵
- Padrão da IUCN sobre Povos Indígenas (IUCN, 2016);¹⁶
- Povos Indígenas e Conservação: Declaração de Princípios do WWF (WWF, 2008).¹⁷

[illegible]

15 [https://equator-principles.com/app/uploads/Affected Indigenous People Sep2020.pdf](https://equator-principles.com/app/uploads/Affected_Indigenous_People_Sep2020.pdf)[https://equator-principles.com/app/uploads/Affected Indigenous People Sep2020.pdf](https://equator-principles.com/app/uploads/Affected_Indigenous_People_Sep2020.pdf)[https://equator-principles.com/app/uploads/Affected Indigenous People Sep2020.pdf](https://equator-principles.com/app/uploads/Affected_Indigenous_People_Sep2020.pdf)

[illegible]

¹⁷ https://awsassets.panda.org/downloads/183113_wwf_policyrpt_en_f.pdf

APÊNDICE A ELEMENTOS A SEREM PREVISTOS EM TdR PARA FACILITAÇÃO DE CLPI

A implementação do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT, requer um protocolo conduzido com independência, autonomia e ausência de conflitos de interesse. A escolha da organização ou profissional responsável pela facilitação deve garantir legitimidade e credibilidade perante todas as partes envolvidas, fortalecendo a confiança e a efetividade do processo.

Em muitos casos, organizações que não possuem experiência específica com o CLPI podem ser qualificadas para conduzir sua implementação. Organizações com ampla e comprovada experiência em desenvolvimento local, relacionamento com Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQCTAF), atividades de capacitação, bem como na facilitação de eventos e reuniões dentro do território do projeto, podem ter mais a contribuir com o protocolo de CLPI do que especialistas em CLPI sem nenhum entendimento do contexto socioambiental no território.

Além da experiência técnica, é fundamental que a organização contratada tenha conhecimento e facilidade de comunicação com as partes interessadas, principalmente as comunidades locais. A compreensão do contexto social e cultural, juntamente com a capacidade de estabelecer um diálogo respeitoso e inclusivo, são atributos que, em muitos casos, se mostram mais relevantes do que a experiência prévia específica na condução do CLPI. A sensibilidade cultural, aliada à experiência prática na articulação territorial, contribuirá significativamente para um processo legítimo e transparente, alinhado aos princípios da Convenção 169 da OIT.

Ainda assim, o cenário ideal é aquele em que a equipe reúne profissionais com experiência em CLPI e outros com experiência no território e contexto social em que o projeto está inserido, e ainda profissionais especializados em registro, sistematização e documentação dos processos que integram o protocolo.

Por isso, ao avaliar possíveis parceiros externos, recomenda-se considerar não apenas o histórico de atuação em protocolos relacionados ao CLPI, mas também a habilidade em construir relações sólidas e promover a participação efetiva das comunidades envolvidas e a capacidade de sistematizar, organizar os registros e documentação dos processos.

1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E ENTREGAS

O protocolo do CLPI a ser seguido é amplamente dividido em três etapas:

- **Processo para mútuo acordo sobre discussão e decisão** - Elaborar estrutura do processo de CLPI
- **Processo de implantação** - A discussão e decisão sobre o projeto
- **Relatório de documentação** – Registro dos resultados do projeto CLPI

Etapa	Atividades	Entregas
1. Processo para mútuo acordo sobre discussão e decisão	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de representantes dos PIQCTAF e formação de comitês - Capacitação dos representantes sobre CLPI e seus direitos - Definição de metodologia participativa para condução do CLPI - Tradução de materiais para acessibilidade cultural e linguística 	<ul style="list-style-type: none"> - Registro oficial dos representantes e comitês - Documentação das capacitações realizadas - Metodologia acordada e validada por todas as partes - Materiais acessíveis e traduzidos - Ferramentas de comunicação implementadas

Etapa	Atividades	Entregas
	- Estruturação de mecanismos de compartilhamento de informações	
2. Processo de implantação	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação transparente das informações sobre o projeto - Facilitação de reuniões internas das comunidades envolvidas - Apoio à discussão e negociação entre as partes interessadas - Mediação de conflitos e fortalecimento do diálogo - Avaliação do nível de consentimento e ajustes conforme necessários 	<ul style="list-style-type: none"> - Registro das reuniões e discussões - Acordos preliminares documentados - Relatórios de mediação e resolução de conflitos - Documento formal de consentimento, quando apropriado
3. Relatório de documentação	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de evidências (fotos, vídeos, atas) - Sistematização dos resultados e aprendizados - Produção de relatório final do protocolo CLPI - Divulgação dos resultados para partes interessadas - Reflexão sobre melhorias e recomendações futuras 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório completo do processo e seus impactos - Arquivos de registros e evidências documentadas - Publicação e compartilhamento dos resultados - Identificação de boas práticas e lições aprendidas

2. REQUISITOS DE EQUIPE ENVOLVIDA

A proponente deve compor uma equipe com a seguinte estrutura para concluir as atividades e entregas do CLPI. No entanto, é necessário adaptar essa estrutura de equipes para cada contexto.

Perfil Profissional	Qualificações e Experiência Desejadas
Coordenador do Processo CLPI	Experiência comprovada na coordenação de projetos relacionados a povos indígenas e comunidades tradicionais; Conhecimento aprofundado sobre a Convenção 169 da OIT e sua aplicação; Habilidades de gestão, mediação e comunicação intercultural; Independência e ausência de conflitos de interesse
Facilitadores Locais (de ambos os sexos)	Profundo conhecimento do território e das dinâmicas comunitárias; Experiência na condução de reuniões e eventos participativos; Capacidade de traduzir conceitos complexos em linguagem acessível; Respeito e credibilidade junto às comunidades envolvidas; Garantia de representatividade equitativa na equipe
Especialista em Gênero e Inclusão	Experiência em políticas de igualdade de gênero e inclusão social; Conhecimento sobre impactos diferenciados de projetos para mulheres e outros grupos vulneráveis; Habilidade para conduzir debates sobre equidade de gênero; Capacidade de elaborar diretrizes para garantir participação plena e equitativa
Especialista em Sistematização de Resultados, Documentação e Relatoria	Habilidade em sistematizar informações, registrar discussões e elaborar relatórios detalhados; Familiaridade com métodos de coleta de evidências (fotos, vídeos, atas); Experiência em análise de dados e produção de documentação técnica; Conhecimento sobre formatos de divulgação acessíveis às partes interessadas
Mediador de Conflitos	Formação e experiência em resolução de conflitos e negociação comunitária; Habilidade em facilitar diálogos e construir consensos; Imparcialidade e habilidade em lidar com diferentes perspectivas; Forte capacidade de escuta ativa e mediação cultural
Especialista em Capacitação e Formação	Experiência na organização e condução de treinamentos para comunidades; Desenvolvimento de metodologias participativas de ensino; Habilidade para adaptar conteúdos conforme o contexto cultural; Conhecimento sobre os direitos dos povos indígenas e tradicionais
Consultor de Comunicação e Divulgação	Estratégias eficazes de comunicação para alcançar todas as partes interessadas; Produção de materiais informativos acessíveis e traduzidos; Experiência na utilização de múltiplos canais para compartilhamento de informações; Facilidade na articulação com mídia local e regional
Assessoria Jurídica (especializada em direitos humanos)	Especialização em direitos indígenas e comunitários; Conhecimento das normas internacionais, incluindo a OIT 169; Capacidade de oferecer orientação jurídica sobre impactos do projeto; Experiência na defesa e proteção dos direitos das comunidades envolvidas

Perfil Profissional	Qualificações e Experiência Desejadas
Responsável pela Logística e Eventos	Planejamento e organização de eventos comunitários e reuniões estratégicas; Gestão da infraestrutura necessária para encontros e atividades; Coordenação de alimentação adequada para os participantes; Planejamento do deslocamento seguro dos PIQCTAF; Implementação de medidas de segurança e bem-estar nos eventos; Articulação com fornecedores e prestadores de serviços
Especialista em Idiomas Locais (quando aplicável)	Fluência nos idiomas falados pelas comunidades envolvidas; Experiência na tradução e interpretação de materiais e reuniões; Capacidade de facilitar a comunicação entre as partes interessadas; Conhecimento sobre contextos culturais e expressões regionais

APÊNDICE B - LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA DETERMINAR AS COMUNIDADES, ALDEIAS, GRUPOS E SUBGRUPOS DE COMUNIDADES AFETADOS

REQUISITOS PARA OS PIQCTAF AFETADOS

Questão 1: Os povos indígenas são impactados pelo projeto?

Considerações sobre o BM_NAS7	Avaliação
Há algum PIQCTAF presente no território (área de influência) projeto?	
Se sim, descreva: <ul style="list-style-type: none"> ■ Quais os PIQCTAF estão presentes? ■ No caso de povos indígenas quais os povos? ■ Quantas comunidades (incluindo flutuantes), localidades, aldeias foram mapeadas? ■ Existe indicação de indígenas nômades usando o território? ■ Quais os recursos e usos pelos PIQCTAF, considerando a pluriatividade e sazonalidade? 	
O projeto causará impactos diretos, indiretos ou induzidos (considere mudanças no sistema formal / informal de posse da terra, infraestrutura social, produtividade dos meios de subsistência e geração de renda, saúde da comunidade, segurança e proteção, identidade cultural etc.) para os PIQCTAF identificados?	
O projeto afetará negativamente o acesso aos recursos naturais dos quais os PIQCTAF dependem?	
Existem outros impactos relativos à mobilidade, acesso a locais com valor histórico, cultural, ritual, simbólico, de lazer ou equivalente para os PIQCTAF?	
Como os impactos temporários e permanentes nos recursos naturais afetarão os meios de subsistência, modo de vida ou o fornecimento de alimentos dos PIQCTAF?	
CONCLUSÃO GERAL sobre os impactos adversos em PIQCTAF	

Questão 2: É necessário o consentimento livre, prévio e informado (CLPI)?

Considerações sobre o BM_NAS7	Avaliação
O projeto está localizado ou pretende interferir no acesso e uso de recursos naturais em tradicionalmente utilizados ou sob o uso habitual de PIQCTAF, e podem ser esperados impactos adversos?	
O projeto exige a realocação de PIQCTAF (ou outras populações vulnerabilizadas) de terras com propriedade tradicional ou sob uso consuetudinário?	
O projeto terá um impacto significativo no patrimônio cultural crítico que é essencial para a identidade e / ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais da vida dos PIQCTAF?	
O projeto pretende usar o patrimônio cultural, incluindo conhecimentos, inovações ou práticas dos povos indígenas para fins comerciais?	
O projeto tem como beneficiários os PIQCTAF ou espera que eles estejam envolvidos em alguma capacidade ou que tenham contrapartidas em termos de trabalho, disponibilização de recursos ou outras?	
O projeto ocorrerá em áreas utilizadas para qualquer finalidade ou ainda de propriedade ou percepção de propriedade dos PIQCTAF? Ou ainda próximas a essas áreas ou ainda a montante em cursos d'água, com potenciais impactos adversos a jusante?	
CONCLUSÃO GERAL se circunstâncias especiais que exijam CLPI forem relevantes.	

Se a conclusão geral da avaliação das questões 1 for que há presença de PIQCTAF no território, então o projeto precisa adotar um processo culturalmente apropriado de engajamento com os PIQCTAF. Se os PIQCTAF afetados sofrerem os impactos do projeto de maneira diferente de outras populações não PIQCTAF, um plano separado para os PIQCTAF (PPIQCTAF) precisa ser preparado¹.

Se a conclusão geral da avaliação da questão 2 for que qualquer uma (uma ou mais) das considerações foi acionada, o projeto precisará implementar um processo de Consentimento Livre e Prévio e Informado (CLPI) antes da implementação das intervenções do projeto que afetam a população PIQCTAF em questão. A FAS ou organização parceira e os PIQCTAF afetados decidirão sobre as medidas de mitigação apropriadas e compensação ou reparação por meio de um processo de negociação de boa fé. Um processo CLPI credível deve assegurar um envolvimento culturalmente adequado e significativo, alinhado com a BM_NAS7.

Se não houver impactos negativos para os PIQCTAF, um processo de informação dos grupos ainda deve ocorrer, no entanto, os requisitos para compromissos contínuos para alcançar os princípios do CLPI não são necessários, podendo ser substituído por uma declaração da FAS ou organização parceira de que não estão previstos impactos adversos decorrentes do projeto.

APÊNDICE C - ESTRUTURA DE DOCUMENTAÇÃO PARA CLPI ANOTADA

COMO USAR ESTE MODELO

Este documento é um modelo para fins de documentação do protocolo e resultados do CLPI. O modelo deve ser adaptado conforme necessário às circunstâncias específicas do projeto e serve para orientação.

Cada capítulo começa com uma **orientação** que deve ser excluída assim que o respectivo capítulo for preenchido. Cada capítulo e seções subsequentes contêm descrições mais detalhadas do conteúdo esperado que devem ser seguidas conforme apropriado para a criação de um processo para obtenção CLPI.

Há **notas** neste documento que devem ser excluídas antes que um documento final de um processo para obtenção do CLPI seja criado.

O modelo contém algumas partes que podem ser copiadas diretamente (ou com ajustes limitados) para o protocolo CLPI final. Essas peças são marcadas adequadamente.

Este modelo deve ser utilizado em conjunto com os demais documentos do FAS SGAS, em particular as orientações que integram o **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)**. Todos os documentos relevantes do SGAS são referenciados neste modelo.

1. Resumo não técnico

Este capítulo deve incluir um resumo não técnico, fácil de entender do protocolo CLPI descrevendo o histórico, a abordagem, os impactos e as atividades do projeto - para informar o público em geral e outras partes interessadas. O resumo deve ser estruturado de acordo com as seções do corpo principal do protocolo do CLPI.

Nota: Este capítulo deve ser preenchido assim que todos os outros capítulos do protocolo do CLPI forem concluídos e fornecer uma visão geral de alto nível do conteúdo apresentado em cada capítulo.

2. Introdução

Este capítulo é uma introdução ao protocolo CLPI e descreve seu propósito e estrutura. Descreva aqui brevemente a relevância do documento. Considere adicionar o seguinte parágrafo à sua introdução para colocar o documento em perspectiva:

Os Povos Indígenas (PIQCTAF) muitas vezes pertencem aos grupos economicamente mais marginalizados e vulnerabilizados da sociedade.¹⁸ Seu status econômico, social e legal¹⁹ frequentemente limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses em terras, territórios e recursos naturais e culturais, e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de projetos implementados em seus territórios. Em muitos casos, eles não recebem acesso equitativo às informações e benefícios resultantes do projeto, ou os benefícios não

¹⁸ Para obter mais informações sobre indicadores sociais sobre PI, consulte, por exemplo, World Bank (2023), "Indigenous People", obtido em: [Indigenous Peoples Overview \(worldbank.org\), https://www.worldbank.org/en/topic/indigenouspeoples](https://www.worldbank.org/en/topic/indigenouspeoples) acessado pela última vez em setembro de 2023.

¹⁹ Observe que o status legal refere-se ao reconhecimento como "indígena" sob a legislação oficial do estado, bem como à segurança legal dos direitos de posse da terra das terras indígenas.

são concebidos ou entregues de forma culturalmente apropriada, e nem sempre podem ser adequadamente consultados sobre o projeto ou implementação do projeto e/ou atividades do projeto que afetariam profundamente suas vidas ou comunidades.

O CLPI é um direito fundamental dos PIQCTAF, reconhecido pelo direito internacional. O CLPI é derivado dos direitos à autodeterminação e do direito de buscar livremente o desenvolvimento econômico, social e cultural. O direito ao CLPI é confirmado por vários órgãos de direitos humanos e tratados e convenções internacionais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais (Convenção 169 da OIT) em 1989, que contém o direito de PIQCTAF de ser consultada quando impactada por projetos. De acordo com a Convenção, essas consultas devem ser conduzidas de boa-fé com o objetivo de obter consentimento (Artigo 6). Além disso, o consentimento deve ser obtido explicitamente antes de qualquer realocação (Artigo 16). A Convenção 169 da OIT é juridicamente vinculativa para as 23 nações que a ratificaram oficialmente.²⁰ A Alemanha é uma das 23 nações que ratificaram a OIT 169 e, portanto, está legalmente vinculada às suas disposições. Em 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). A UNDRIP reconhece o CLPI como um direito que deve ser respeitado por todos os atores que visam executar projetos, projetos e/ou atividades que afetem os PIQCTAS, seus meios de subsistência e bem-estar.

O CLPI não é reconhecido apenas em convenções globais. Vários países o incluíram nas suas legislações nacionais. Várias comunidades indígenas também estabeleceram seus protocolos de CLPI para se envolver com demais atores. Além disso, muitas instituições não governamentais internacionais, projetos/agências de desenvolvimento e fundos já reconhecem o CLPI como um direito de PIQCTAF. O CLPI visa equalizar os diferenciais de poder ou assimetrias entre os PIQCTAFs e os demais atores com os quais eles se envolvem sobre o acesso e controle de terras, recursos, territórios, meios de subsistência e segurança alimentar.

Nota: Se o protocolo CLPI for complementado por documentos adicionais, como um plano para os PIQCTAF (PPIQCTAF), consulte os documentos relevantes neste capítulo e descreva sua relevância para o protocolo CLPI. Para obter mais orientações sobre o desenvolvimento de um PPIQCTAF, consulte o **Anexo N - PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**.

2.1 Propósito

Forneça uma breve descrição da finalidade deste documento. Indique se os compromissos do CLPI são entregues em vários estágios ou se todos os compromissos relevantes estão contidos neste documento. Considere adicionar o seguinte parágrafo ao seu documento:

O CLPI é necessário para todos os projetos da FAS em que PIQCTAF estão envolvidos e são afetados pelo projeto. A FAS e [listar as organizações parceiras] reconhece que em alguns projetos o processo de CLPI já pode estar em andamento ou já foi realizado. Nesses casos, deve ser realizada uma análise de lacunas do processo de CLPI em andamento e do requisito de CLPI da FAS e devem ser aplicadas regras mais rígidas. Também é importante reconhecer que alcançar o CLPI uma vez não significa que dure para sempre - é um diálogo contínuo. O desenvolvimento deste protocolo CLPI visa orientar o envolvimento com o PIQCTAF. O CLPI compreende processos e um resultado e se baseia nos requisitos de consulta e participação informada

²⁰ Para o status de ratificação da OIT 169, consulte: [Ratificações das convenções da OIT: Organização Internacional do Trabalho, "Ratificações da C169 - Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 \(Nº 169\)", obtido em: Ratificações por Convenção, último acesso, setembro de 2023.](#)

(ICP), ao mesmo tempo em que vai além das estipulações do ICP, exigindo adicionalmente negociação de boa-fé (NBF) entre o projeto e os PIQCTAF afetados, documentada em um resultado. Por fim, o CLPI também significa ter o direito de dizer não ou reconsiderar o consentimento dado anteriormente se as atividades propostas mudarem ou se novas informações relevantes para a atividade proposta estiverem disponíveis.

Nota: O CLPI é um processo contínuo que precisa ser mantido durante todo o ciclo de vida dos projetos. Projetos com longos períodos podem, portanto, desenvolver um protocolo CLPI (ou seja, acordo) que envolve compromissos sendo entregues em vários estágios. Isso pode ser mais bem alcançado por meio de planos de desenvolvimento periódicos, como PPIQCTAFs. Para projetos com um escopo mais amplo e/ou prazo maior esperado, recomenda-se, portanto, incorporar o processo de CLPI ao PPIQCTAF.

2.2 Objetivo

Indique brevemente o objetivo deste documento aqui. Considere adicionar o seguinte parágrafo ao seu documento:

O objetivo deste documento é garantir que as partes envolvidas consultem e cooperem de boa-fé por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e implementar ações/atividades do projeto. As partes declaram respeitar os processos tradicionais de tomada de decisão e os protocolos comunitários já estabelecidos para o CLPI.

Nota: Alguns projetos podem estabelecer o CLPI como a melhor prática, mesmo que não seja obrigatório, por exemplo, quando os grupos não atendem a todos os critérios adotados pela FAS para serem oficialmente classificados como PIQCTAF, mas que são grupos vulnerabilizados, etc.

Portanto, embora seja feita referência ao longo desta nota de orientação a "PIQCTAF", os projetos podem decidir adotar a orientação de forma mais ampla e substituir "PIQCTAF" por pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) como um todo.

3. Normas aplicáveis

Este capítulo deve listar e detalhar os padrões aplicáveis necessários para o desenvolvimento de um protocolo CLPI.

Nota: Tal deve incluir as normas pertinentes enumeradas no **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)**, bem como quaisquer leis, estratégias e planos nacionais relevantes para o CLPI. Consulte os recursos acima mencionados para obter a lista de países signatários da OIT 169 e da UNDRIP e inclua informações relevantes neste capítulo.

Histórico do projeto

Este capítulo deve fornecer uma breve visão geral sobre o contexto do projeto, a área de influência, incluindo uma breve descrição do projeto e seus componentes relevantes, se houver.

Nota: Foram acrescentadas abaixo subseções indicativas. O projeto deve adaptar essas subseções conforme julgar apropriado.

4.1 Contexto do projeto

Forneça uma breve visão geral do contexto do projeto, com foco especial nos PIQCTAF presentes e/ou (potencialmente) afetados pelo projeto.

4.2 Identificação dos PIQCTAF potencialmente afetados

Esta seção fornece um breve resumo do processo de identificação de PIQCTAF que foi realizado antes do início das ações do CLPI. O texto a seguir pode ser copiado diretamente para o seu protocolo CLPI:

Os PIQCTAF referem-se a grupos sociais com identidades distintas dos grupos dominantes nas sociedades, que muitas vezes estão entre os segmentos mais marginalizados e vulnerabilizados da população. Em muitos casos, esses grupos consuetudinários vulnerabilizados distintos enfrentam dificuldades devido ao seu status econômico, social e legal, que limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses sobre terras e recursos naturais e culturais, e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar do desenvolvimento. O BM_NAS estabeleceu os aspectos chave em termos de identificação de PIQCTAF com seguintes aspectos em graus variados:

- Autoidentificação como um grupo de comunidade que pertence a certos grupos culturais distintos e reconhecido por outros;
- Apego coletivo a territórios ancestrais geograficamente distintos;
- Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas consuetudinárias distintas daquelas da sociedade ou cultura dominante; e
- Idioma ou dialetos distintos, muitas vezes diferentes do idioma oficial do país ou região.

O quadro 4-1 abaixo pode ser usada para o exercício inicial de identificação e mapeamento inicial de PIQCTAF. Uma vez preenchida pela equipe do projeto, a tabela pode ser copiada para o protocolo CLPI ou PPIQCTAF.

Quadro 4-1 Lista de verificação de comunidades PIQCTAF

Características PIQCTAF	O grupo atende à característica? (Sim/Não)	Como o grupo atende à característica?
Autoidentificados como membros de um grupo distinto e reconhecimento dessa identidade por outros		
Apego coletivo a habitats, territórios ancestrais ou áreas geograficamente distintas de forma permanente ou sazonal, bem como aos recursos naturais nessas áreas		
Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas consuetudinárias separadas daquelas da sociedade e cultura dominantes		
Uma língua ou dialeto distinto, muitas vezes diferente da língua oficial do país ou região em que residem.		

Nota: Se um PPIQCTAF for desenvolvido além do protocolo CLPI, esta seção também poderá ser incorporada ao PPIQCTAF. A referência às seções relevantes do PPIQCTAF deve ser incluída no protocolo CLPI.

4.3 Descrição do Projeto

Forneça uma breve visão geral do projeto, incluindo componentes do projeto territórios/recursos, estrutura de gerenciamento do projeto, etc.

4.4 Área de Influência do Projeto

Forneça uma breve visão geral da área de influência do projeto com foco especial nos PIQCTAF. Se possível, inclua mapas relevantes mostrando a área de influência (direta e indireta) do projeto, componentes relevantes localizando os PIQCTAF que serão (potencialmente) impactados pelo projeto.

Nota: Quando comunidades/assentamentos mistos forem afetados pelo projeto, onde os PIQCTAF vivem juntos ou próximos a grupos da sociedade dominante, o padrão mais alto deve ser aplicado a todas as negociações relacionadas ao projeto (por exemplo, CLPI). Portanto, essas comunidades mistas ou grupos sociais tradicionais devem ser considerados e incluídos nos processos de tomada de decisão do CLPI.

5. Identificação das partes a serem envolvidas no protocolo de CLPI

*Este capítulo detalha o processo de identificação conduzido para estabelecer quem deve ser envolvido para consulta e participação informada (PCI) ou consentimento livre, prévio e informado (CLPI) para os PIQCTAF afetados pelo projeto. Para obter mais orientações sobre IPC e CLPI, consulte o **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)**, especialmente a **Figura 1-1**.*

Nota: O processo de identificação e mapeamento de PIQCTAF deve ocorrer antes do desenvolvimento de um protocolo CLPI. Este capítulo resume todos os processos e ações tomadas para identificar os PIQCTAF e a necessidade de negociar e obter seu CLPI antes da elaboração deste documento. O **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)** fornece orientações adicionais sobre as respectivas etapas que devem ser realizadas para o desenvolvimento de um protocolo CLPI.

O quadro 5-1 contém uma lista de verificação CLPI que pode ser usada para este exercício. A tabela preenchida pode ser copiada diretamente para o protocolo CLPI final.

Quadro 5-1 Lista de verificação de identificação PIQCTAF a serem considerados no protocolo de CLPI

Questão 1: PIQCTAF são impactados pelo projeto?	
Considerações sobre o BM_NAS7	Avaliação
Há algum PIQCTAF presente no área de influência do projeto?	
Se sim, descreva:	
Questão 1: PIQCTAF são impactados pelo projeto?	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Quais grupos estão presentes? ■ Quantos PIQCTAF estão usando a área do projeto? ■ Existem territórios indígenas ou reivindicações de terras/territórios indígenas na área do projeto? ■ Caracterizar o uso da terra da área do projeto por PIQCTAF (ou seja, pastagem, agricultura, forrageamento, cultura) ■ Caracterizar a frequência de uso da área de influência do projeto (ou seja, diária/contínua, semanal, mensal, sazonal ou ocasional) 	

O projeto causará ou deverá causar impactos diretos, indiretos ou induzidos (considerar mudanças no sistema formal / informal de posse da terra, infraestrutura social, produtividade dos meios de subsistência e geração de renda, saúde, segurança e proteção da comunidade, identidade cultural etc.) para os PIQCTAF identificados? ²⁴	
O projeto afetará negativamente o acesso aos recursos naturais dos quais dependem para sua subsistência?	
Existe uma dependência durante todo o ano ou sazonal da base de recursos naturais que será potencialmente impactada?	
Como os impactos temporários e permanentes nas bases de recursos naturais afetarão os meios de subsistência ou o fornecimento de alimentos dos PIQCTAF?	
Conclusão geral sobre os impactos negativos nos PIQCTAF	

Questão 2: É necessário o consentimento livre, prévio e informado (CLPI)?

Considerações sobre o BM_NAS7	Avaliação
O projeto está localizado ou pretende implementar atividades em terras tradicionalmente pertencentes ou sob o uso habitual dos PIQCTAF, e podem ser esperados impactos adversos?	
O projeto exige a realocação de PIQCTAF de terras e recursos naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso consuetudinário?	
O projeto terá um impacto significativo no patrimônio cultural crítico que é essencial para a identidade e/ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais da vida dos PIQCTAF?	
O projeto pretende usar o patrimônio cultural, incluindo conhecimentos, inovações ou práticas de PIQCTAF para fins comerciais?	
Conclusão geral se circunstâncias especiais que exigem CLPI são relevantes.	

Nota: Se a conclusão geral da avaliação da Questão-1 for que há impactos para os PIQCTAF, então o projeto precisa adotar um processo culturalmente apropriado de envolvimento com os PIQCTAF afetada. Se os PIQCTAF afetados sofrerem os impactos do projeto de maneira diferente de outras populações não PIQCTAF, um plano separado para os PIQCTAF precisa ser preparado. Para obter mais orientações sobre um PPIQCTAF, consulte o **Anexo N - PLANO DOS POVOS INDÍGENAS, DE QUILOMBOLAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS OU DE AGRICULTORES FAMILIARES**.

Se a conclusão geral da avaliação da questão 2 for que qualquer (uma ou mais) das considerações foi acionada, o projeto precisará implementar um protocolo de CLPI antes da implementação das atividades do projeto que afetam os PIQCTAF em questão. A equipe do projeto e os PIQCTAF afetados decidirão sobre as medidas de mitigação apropriadas e a estratégia de mitigação e compensação/reparação por meio de um processo de negociação de boa fé. Um processo CLPI confiável deve garantir um engajamento culturalmente apropriado e significativo, alinhado com a orientação da BM_NAS7 do Banco Mundial.

A FAS incentiva a equipe do projeto a buscar o desenvolvimento e implementação do CLPI de forma voluntária / de boas práticas, mesmo que o CLPI não seja obrigatório.

6. Coleta de dados de linha de base

Este capítulo fornece uma linha de base dos PIQCTAF e demais partes interessadas na área de influência do projeto que foram identificadas antes de confirmar a necessidade de um protocolo de CLPI. Instituições,

autoridades ou ONGs de PIQCTAF relevantes devem ser listadas nesta seção. O capítulo deve apresentar dados de uma avaliação preliminar das condições basais dos PIQCTAF afetados.

A definição a seguir pode ser copiada diretamente para o seu protocolo CLPI:

As pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) incluem qualquer pessoa ou comunidade que seja direta ou indiretamente afetada por um projeto e suas atividades. Isso pode incluir impactos positivos e negativos do projeto.

Os PAPs incluem o seguinte: (i) pessoas que têm direitos legais formais sobre terras ou ativos; (ii) pessoas que não tenham direitos legais formais sobre terrenos ou bens, mas que tenham um direito sobre terrenos ou bens que seja reconhecido ou reconhecível nos termos do direito nacional; (iii) pessoas que não têm direito legal reconhecível ou reivindicação sobre a terra ou ativos que ocupam ou usam.

Além disso, as pessoas podem ser afetadas por um projeto e/ou atividades do projeto se nenhuma terra ou ativo for afetado, mas se forem impactados de outra forma, por exemplo, impactos visuais ou impactos em seu patrimônio cultural imaterial causados por um projeto.

Ao identificar PAPs, indique a qual grupo PAP eles pertencem. Uma vez identificados os PAPs, apresente dados sobre o grupo PIQCTAF afetado usando a Quadro 6-1 abaixo. Uma vez preenchida, esta tabela pode ser copiada diretamente para o seu protocolo CLPI.

Quadro 6-1 PIQCTAF afetados pelo projeto

Distrito/Região	Nome da aldeia	Num. aprox. de famílias	Número aproximado de habitantes		Grupo PAP	Estimativa do grau de afetação ²⁵
			Homens	Mulheres		
Indique aqui a província, distrito, subdistrito, etc. do grupo PIQCTAF	Indique aqui a aldeia nome, também inclua nomes em locais idiomas se aplicável.	Indique aqui o número de agregados familiares PIQCTAF/famílias centrais em comunidades	Indicar o número aproximado de homens na aldeia ou comunidade.	Indicar o número aproximado de mulheres na aldeia ou comunidade.	Indique aqui se a aldeia ou comunidades específicas pertencem a um grupo PAP específico, por exemplo, nome da tribo ou subtribo, etc.	Indique aqui como a aldeia/grupo PAP será afetada, escolha entre as seguintes opções: alto, médio, baixo

Pode ser fornecida uma avaliação preliminar das condições de base entre o PIQCTAF afetado nas seguintes rubricas:

- Subsistência
- Mecanismos de governança
- Socioeconomia

Nota: Para estabelecer uma linha de base abrangente que seja informada por informações relevantes, todos os projetos devem considerar a contratação de um especialista em PIQCTAF (local) com conhecimento e experiência no grupo de PIQCTAF a ser avaliado. Se necessário, tradutores relevantes devem se juntar à equipe do site para garantir que todas as informações sejam trocadas sem mal-entendidos. Consulte o **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)** para obter mais orientações sobre o envolvimento com os PIQCTAF, em particular o capítulo 4.2.

Nota: Todos os trabalhos, inclusive para fins de coleta de dados de linha de base, precisam ser devidamente documentados, de acordo com os padrões BM_NAS. Isso significa que todas as reuniões devem ser documentadas com atas de reuniões, listas de presença e fotos (se o consentimento for dado). Essas

informações podem ser incluídas como anexo ao protocolo do CLPI ou podem ser incorporadas a um PPIQCTAF subsequente. Esse engajamento inicial para a coleta de dados de linha de base pode ser usado para informar os PIQCTAF sobre as atividades planejadas do projeto e obter seu feedback e informações sobre como eles gostariam de ser engajados pelo projeto. Este pode ser um ponto de partida essencial para o acompanhamento das negociações do CLPI e, por conseguinte, deve ser cuidadosamente documentado.

Nota: se um PPIQCTAF for desenvolvido anteriormente ao protocolo CLPI, esta seção também poderá ser incorporada ao PPIQCTAF. A referência às seções relevantes do PPIQCTAF deve ser incluída no protocolo CLPI.

7. Avaliações preliminares de impactos

Este capítulo deve indicar claramente como os grupos vulnerabilizados (definidos por normas nacionais e internacionais) são afetados pelo projeto e, assim, identificar todos os PIQCTAF que exigirão consulta e CLPI. O envolvimento inicial que ocorreu durante a coleta de dados de linha de base orientada por um especialista em PIQCTAF deve informar o desenvolvimento deste capítulo. É importante que os pareceres de PIQCTAF sejam considerados ao avaliar os impactos preliminares.

Uma avaliação preliminar dos principais impactos sobre os grupos vulnerabilizados afetados pelo projeto pode ser fornecida sob os seguintes títulos:

- Natureza e grau dos impactos potenciais do projeto:
 - Económico
 - Social
 - Cultural (incluindo patrimônio cultural)
 - Ambiental
- Descrição de metodologias culturalmente apropriadas e coleta de dados
- Descrição resumida das consultas com os PIQCTAF e/ou seus representantes nomeados
- Identificação de avaliações adicionais necessárias durante o projeto.

Nota: Se um PPIQCTAF for desenvolvido além do protocolo CLPI, esta seção também poderá ser incorporada ao PPIQCTAF. A referência à seção relevante do PPIQCTAF deve ser incluída no protocolo CLPI.

8. Processo de CLPI

Este capítulo deve fornecer uma diretriz detalhada para a execução de um processo CLPI completo com PIQCTAF que será usado durante todo o ciclo de vida do projeto. O capítulo deve elaborar atividades e considerações que informarão a execução de todo o processo de CLPI. Além disso, deve-se explicar como o processo de consulta será inclusivo, transparente e compreensível por PIQCTAF para que eles possam participar plenamente das negociações do CLPI sobre o processo e a validação interna.

8.1 Atividade 1: Preparação do Engajamento

Esta seção fornece um resumo dos preparativos que foram feitos antes do início das negociações do CLPI. A preparação do compromisso pode ser, mas não está limitada a:

- Treinamento da equipe do projeto sobre o envolvimento com os PIQCTAF;
- Preparação de materiais informativos culturalmente apropriados, por exemplo, fluxogramas, pôsteres, etc. (em idiomas e dialetos locais usando linguagem de fácil compreensão). Observe que é

recomendável consultar professores, acadêmicos e líderes indígenas, se possível, para apoiar o desenvolvimento de tais materiais;

- Prova de que comentários e contribuições de PIQCTAF (se houver) foram considerados, sobre como eles querem ser abordados e engajados pelo projeto. Tais comentários podem ser obtidos durante o engajamento inicial (por exemplo, a coleta de dados de linha de base).

8.2 Atividade 2: Consultas Precursoras sobre Discussão de CLPI e Estrutura de Tomada de Decisão

Esta seção descreve o processo para chegar a um acordo mútuo entre a equipe do projeto e os PIQCTAF sobre uma estrutura de discussão usada para negociar o acordo de CLPI que será documentado no Protocolo de CLPI.

A equipe do projeto deve realizar uma consulta prévia sobre o protocolo de CLPI durante os contatos iniciais do projeto. As consultas prévias devem incluir participantes de todas as partes interessadas e grupos de titulares de direitos; as consultas precursoras explicarão o protocolo e o processo do CLPI e identificarão representantes legítimos de todos os grupos afetados e interessados, que se posicionarão, falarão e agirão em nome de seus grupos acerca do protocolo para o CLPI.

A equipe do projeto também deve usar a consulta precursora para projetar e concordar de forma colaborativa com os PIQCTAF em um guia passo a passo adaptável às necessidades dos PIQCTAF, para garantir que a consulta significativa para o CLPI e as negociações de boa-fé sejam usadas durante todo o ciclo de vida do projeto. A equipe do projeto deve assegurar que as deliberações e os resultados das consultas prévias são documentados num formato adequado, que é disponibilizado a todos os titulares de direitos e partes interessadas relevantes.

Um quadro apresentado a seguir pode ser utilizado para documentar os vários grupos e os seus representantes que participaram nas consultas prévias. Essas consultas estabelecerão os atores legítimos a serem incluídos no processo de tomada de decisão do CLPI. O quadro 8-1 deve ser divulgado em idiomas e dialetos locais nesta reunião e ser assinado pelos respectivos representantes. Uma cópia deve ser anexada ao protocolo final do CLPI.

Quadro 8-1 Consultas Precursoras sobre a Estrutura do CLPI

Quem está executando as consultas precursoras	Qual é a experiência do agente executor ²¹	Quem Participou (grupo de partes interessadas / detentores de direitos)	Quem vai representar grupo em Processo de CLPI	Detalhes de contato de representante	Assinatura do representante

Nota: Cada processo de CLPI fará uso de uma estrutura diferente de discussão e tomada de decisão, dependendo de uma variedade de fatores, como contexto do projeto, instituições e normas sociais locais de

²¹ Liste nesta coluna quaisquer projetos/processos anteriores de facilitação de CLPI com os quais o agente executor esteve envolvido ou conexão/laços/relação que a agência executora tem com a comunidade cujo CLPI deve ser obtido, comprovando porque o agente executor é adequado para o cargo/tarefa.

em vigor, etc. As seções abaixo descritas constituem um modelo de discussão e estrutura de tomada de decisão. No entanto, o processo de CLPI não é estritamente obrigado a seguir exatamente todas as etapas e sua ordem, conforme descrito abaixo. Os processos podem ser seguidos em uma ordem diferente, ou algumas atividades ignoradas ou itens adicionais adicionados, dependendo do contexto específico do projeto. Portanto, as orientações devem ser cuidadosamente consideradas, dado o respectivo contexto do projeto e as pessoas envolvidas, e devem ser adotadas com base nas informações relevantes do projeto e do contexto.

Nota: Quando os representantes dos PIQCTAF para o CLPI são escolhidos, deve-se considerar que todos os grupos de PIQCTAF estão igualmente representados, incluindo grupos marginalizados e mulheres. Dependendo do contexto do projeto, nem sempre é esse o caso, uma vez que as mulheres podem ter mais dificuldades em participar de reuniões ou expressar suas preocupações. Portanto, as considerações de gênero apresentadas no capítulo 9.2 do **Anexo O – PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO LIVRE PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)** devem ser consideradas para todos os compromissos. Além disso, o projeto deve se esforçar para ter o maior número possível de representantes de diferentes grupos, subgrupos e grupos vulnerabilizados e marginalizados de PIQCTAF.

8.3 Atividade 3: Avaliação da capacidade interna do CLPI

Este capítulo fornece um resumo da avaliação realizada no âmbito do projeto sobre sua capacidade de liderar as negociações do CLPI.

A FAS deve avaliar sua capacidade de executar o protocolo de CLPI e ser capaz de fornecer a orientação e o suporte necessários para a equipe responsável pelo processo de CLPI. A avaliação deve ser realizada no início do projeto e em intervalos semestrais durante a duração do projeto. O quadro 8.2 abaixo fornece o requisito mínimo de capacidade interna para executar um processo de CLPI. Quando a resposta for "Sim", forneça as evidências na coluna "Ações" e, quando a resposta for "Não", indique as ações para aumentar a capacidade. Uma vez preenchida, esta tabela pode ser copiada diretamente para o seu protocolo CLPI.

Quadro 8-2 Avaliação interna das capacidades para o CLPI²⁸

Fatores	Avaliação de capacidade	Sim/Não	Ações
Comunicação	Sua equipe de CLPI pode se comunicar efetivamente com os PIQCTAF na área do projeto?		
Transparência	Sua equipe de CLPI tem acesso a todos os documentos do projeto e pode compartilhá-los com os PIQCTAF na área do projeto?		
Gerenciamento adaptativo	Você realizou a capacitação de gerenciamento adaptativo para todos os funcionários do projeto? ²⁹		
Apoio aos direitos humanos	Você pode mostrar um histórico de reconhecimento de conjuntos diversos e definidos localmente de direitos e prerrogativas?		
Avaliação dos direitos humanos	Sua equipe tem a capacidade e os recursos para avaliar e analisar a situação dos direitos humanos na área local?		

Quadro de negociação	Você pode mostrar um histórico de envolvimento em negociações de 'boa-fé' com os PIQCTAF?		
Mapeamento das partes interessadas	Você realizou um mapeamento de stakeholders para identificar todas as partes?		
Relações sociais	Você entende as relações entre as partes interessadas e os níveis de confiança entre as partes?		
Dinâmica de poder	Você entende as assimetrias de poder entre as partes interessadas e o impacto nas relações locais?		
Base de conhecimento local sobre CLPI	As comunidades locais têm um compreensão abrangente do CLPI antes da execução do processo CLPI?		
Análise de lacunas de desenvolvimento social	Sua equipe tem a capacidade e os recursos para avaliar e analisar as lacunas de desenvolvimento na área local?		
Participação capacitada	Você tem um sistema de participação efetiva da população local no processo de CLPI? A participação efetiva vai além da participação simbólica e garante que os participantes tenham uma influência e impacto genuínos nos resultados, uma vez que estão equipados com o conhecimento, as habilidades, os recursos e a autoridade necessários para se envolver ativa e efetivamente nesses processos.		

Nota: O CLPI é um processo complexo e só deve ser facilitado por uma parte experiente. Caso mais de um item avaliado seja respondido com "Não", o projeto deve se envolver com agências experientes e/ou especialistas (locais) que tenham experiência com a facilitação do CLPI, preferencialmente no contexto do país/projeto.

8.4 Atividade 5: Atividades do processo de informação e negociação do CLPI

Resuma as atividades de informação e negociação e consulta do CLPI com PIQCTAF.

As atividades devem ser registradas incluindo a registro da participação e a sistematização do que foi apresentado, discutido, acordado e mencionado.

Quadro 8-3 Participação na consulta periódica sobre o CLPI

Nome do projeto:		Lugar:		Data:
Tópico/Objetivo da reunião:				
Nome	Representando	Detalhes de contato	Gênero	Assinatura

8.5 Atividade 6: Acompanhamento externo do CLPI

A equipe do projeto deve nomear um terceiro devidamente qualificado e experiente para verificar periodicamente acompanhar o protocolo do CLPI. Esse terceiro pode ser uma organização indígena regional ou nacional²². Isso garantirá que o processo de CLPI seja validado externamente (ou não) como atendendo às melhores práticas; os verificadores terceirizados aceitáveis devem incluir organizações com histórico estabelecido de concepção e implementação de CLPI. Recomenda-se a realização regular de exercícios de verificação externa (por exemplo, anualmente).

O relatório de verificação externa deve conter informações sobre os seguintes aspectos:

- Nome e organização dos verificadores externos
- Qualificações e experiência dos verificadores externos
- Relação da equipe do projeto com verificadores externos
- Relação dos verificadores externos com as comunidades PIQCTAF
- Datas e locais da verificação externa
- Principais comentários do processo de verificação externa

8.6 Atividade 7: Documentação das Consultas do CLPI

Forneça aqui a documentação de todas as atividades de informação e negociação e consulta que integram o protocolo do CLPI. A equipe do projeto deve documentar todas as atividades relacionadas ao CLPI durante a implementação do projeto, incluindo consultas precursoras, atividades de capacitação, consultas periódicas e exercícios de monitoramento de terceiros.

Esses relatórios devem ser produzidos e resumos não técnicos devem ser disponibilizados aos PIQCTAF nos idiomas locais relevantes. Como a circulação de relatórios de projetos em território extenso pode ser difícil, recomenda-se validar todos os dados discutidos como parte envolvidas nas consultas do CLPI no local, por exemplo, assinando as atas das reuniões.

Os resultados das avaliações externas devem ser compartilhados em uma reunião com os grupos de PIQCTAF relevantes e seus representantes. As atas da reunião devem ser assinadas por todas as partes presentes em cada reunião, como prova de seu acordo sobre o conteúdo e discussões ocorridas na reunião do CLPI. Se houver consentimento de todas as partes presentes, as reuniões também podem ser gravadas em áudio e usadas para traduzi-las para os idiomas locais.

O projeto deve manter a documentação do CLPI como parte de seu registro/registo de engajamento das partes interessadas. Apesar das atas de reunião assinadas, a documentação deve integrar relatórios, gravações de áudio e documentação em vídeo; conforme aplicável e deve mostrar os detalhes de contato e assinaturas de todos os funcionários do projeto, representantes de organizações parceiras (se aplicável) e representantes dos PIQCTAF que estiveram envolvidos na atividade que está sendo documentada.

8.7 Atividade 8: Plano de Trabalho do Processo de CLPI

A equipe do projeto deve adotar um plano de trabalho do processo CLPI que começa no início do projeto e termina no final do projeto ou atividades do projeto. O quadro 8 - 4 abaixo fornece elementos do plano de trabalho do processo CLPI, incluindo os atores envolvidos em cada etapa e o cronograma.

²² Essas organizações podem ser selecionadas, mesmo que não sejam especializadas em CLPI.

Quadro 8-4 Plano de Trabalho do Processo CLPI do Ciclo de Vida do Projeto

Atividade	Atores	Horário
Pré-consulta	Funcionários do projeto de beneficiários, parceiros de implementação, membros das comunidades locais afetadas	Início do projeto
Treinamento de capacidade de CLPI	Equipe do projeto de beneficiários, parceiros de implementação	Início do projeto (atualizado anualmente)
Consultas sobre CLPI	Funcionários do projeto de beneficiários, parceiros de implementação, representantes das comunidades afetadas	Início do projeto e em intervalos regulares a serem determinados pelo projeto e grupos/representantes de PIQCTAF; sessões extras durante atividades imprevistas do projeto que afetam os PIQCTAF
Monitoramento de terceiros do CLPI	Equipe do projeto de beneficiários, parceiros de implementação, monitores terceirizados, representantes das comunidades afetadas, PIQCTAF afetada	Anualmente (ou conforme estabelecido pelo projeto e PIQCTAF)
Documentação do processo de CLPI	Funcionários do projeto de beneficiários, parceiros de implementação,	Base de rolamento; atualizações anuais, conforme necessário.
Divulgação de relatórios de CLPI às partes afetadas	Equipe do projeto de beneficiários, parceiros de implementação, monitoramento de terceiros, representantes e membros dos PIQCTAF afetada	Em andamento durante consultas e reuniões e/ou anualmente
Feedback e queixas do CLPI	Equipe do projeto de beneficiários, parceiros de implementação, monitores terceirizados, representantes e membros dos PIQCTAF afetada	Base contínua, inclusive por meio do mecanismo de reclamação

9. Mecanismo de queixas e manifestações

Este capítulo descreve os protocolos para lidar com queixas e manifestações trazidos pelos PIQCTAF afetados (e pela equipe do projeto) indicando os mecanismos de queixas e manifestações disponíveis.

O mecanismo de queixas e manifestações não deve impedir o acesso aos tribunais nacionais, processos administrativos e tradicionais.

Em projetos que já possuem um mecanismo de queixas e manifestações estabelecido, esta seção deve resumir em poucas linhas o mecanismo e como ele pode ser acessado. Se um novo mecanismo específico for criado, ele deverá cumprir todos os requisitos estabelecidos nas normas e disposições aplicáveis estabelecidas nos documentos SGAS FAS, **Anexo Q – MECANISMO DE QUEIXAS E MANIFESTAÇÕES NO NÍVEL DE PROJETO e Anexo S - MODELO DE RELATÓRIO DE INCIDENTES GRAVES.**

As queixas dos PIQCTAF durante o protocolo do CLPI devem ser registradas na documentação final do CLPI.

10. Modalidades de Execução

Descreva como o acordado CLPI será implementado detalhando as responsabilidades administrativas e financeiras. As funções e responsabilidades relativas à implementação do acordado no protocolo do CLPI.

Forneça uma descrição de todos os atores envolvidos no processo de CLPI e a relação entre eles. Por exemplo, preencha a tabela abaixo, contextualize-a, adicione mais linhas conforme apropriado.

O quadro 10-1 é uma tabela de exemplo a ser adaptada conforme necessário pela equipe do projeto. Depois de preenchida, a tabela pode ser copiada diretamente para o seu protocolo CLPI.

Quadro 10-1 Equipe de Implementação do Processo CLPI

Ator	Papel	Responsabilidade	Representante	Contato
FAS		Conformidade		
Organização parceira		Conformidade		
Doadores		Financiar		
PIQCTAF		Queixa		
Agências governamentais		Responsabilidade		
Sociedade civil		Responsabilidade		
Interesse comercial		Lucros		
Consultores independentes		Responsabilidade		

11. Custo e Orçamento

Apresente aqui o orçamento e as estimativas de custo para a implementação do plano de trabalho do protocolo do CLPI para o projeto. Deve ser fornecido um resumo do orçamento e do custo, ou a quadro abaixo pode ser usado como modelo a ser preenchido para indicação das rubricas orçamentárias do projeto que cobrem esses itens.

Quadro 11-1 Visão geral do orçamento e do custo

Atividade	Quando	Fonte		Custo total
		FAS	Contrapartida	
Consultas prévias e missões precursoras	-			
Treinamento da equipe para o CLPI	Antes do início da identificação e mapeamento de atores			
Identificação e mapeamento de atores	Antes do início do protocolo CLPI			
Protocolo CLPI	Antes do início do projeto			
Documentação do processo de CLPI	Ao longo do protocolo e na última etapa do protocolo; atualizações anuais, conforme necessário.			

Divulgação de relatórios de CLPI às partes afetadas	Ao final do protocolo			
Monitoramento do cumprimento do acordado de terceiros do CLPI	Anualmente (ou conforme estabelecido pelo projeto e PIQCTAF)			
Feedback e queixas do CLPI	Base contínua, inclusive por meio do MQM (específico do programa e FAS)			
TOTAL				

12. Gerenciamento de mudanças

Este capítulo descreve a estratégia de 'gerenciamento de mudanças' do projeto que garante que o processo de CLPI seja iterativo e adaptável às mudanças e circunstâncias imprevistas no projeto.

Descreva a estratégia de gerenciamento adaptativo do projeto, incluindo a capacitação dos funcionários do projeto, e como o processo de CLPI será respeitado, mesmo quando o projeto enfrentar a circunstâncias imprevistas e crises (por exemplo, rotatividade de pessoal, mudanças nas demandas dos doadores, mudanças nas circunstâncias, mudanças políticas, desastres naturais).